



A ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: o caso da Associação de Artesãs e Costureiras Esperança na Vitória¹ em 2014

GT 3 – Economia Solidária, Economia da Cultura e Políticas Públicas

Adam Bittencourt Silva²
Midiã Alves Santos³

RESUMO

A economia solidária é uma ferramenta importante na geração de emprego. No Brasil os seus primeiros passos surgiram em um período em que o país se encontrava em crise e com altos níveis de desemprego, por conta disso os trabalhadores encontraram como alternativa a organização em empreendimentos solidários. Nesse contexto as incubadoras de economia popular solidária, encontram-se como um mecanismo de assessoramento e acompanhamento dos empreendimentos, a metodologia empregada por essas incubadoras possui um alto grau de importância, visto que possuem um papel de fortalecer o cooperativismo e associativismo, além de oferecer ferramentas para o desenvolvimento desses empreendimentos. Para tanto utilizou-se os métodos descritivo exploratório para analisar a metodologia da Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários (IBEES), da Universidade Estadual de Santa Cruz e o perfil de um de seus incubados a Associação de Artesãs e Costureiras Esperança na Vitória (ACEV), apresentando o fluxo de caixa do ano de 2014 como reflexo das ações dos agentes envolvidos. Como resultado observou-se que os caminhos pautados na metodologia de implantação foram pouco ou nada desenvolvidos e o retorno financeiro do ano analisado ainda não apresentou um valor satisfatório. O conjunto de esforços ainda não foi o suficiente para atingir a realização efetiva da proposta assumida.

Palavras-chave: Economia Solidária. Autogestão. Associativismo.

1 INTRODUÇÃO

A Conder, através de recursos contidos no programa “Minha Casa Minha Vida”, voltados para beneficiamento da população local, em 15 de fevereiro de 2007, cria a Unidade Produtiva Esperança na Vitória, que posteriormente foi denominada Associação de Artesãs e

¹ Pesquisa realizada com suporte financeiro parcial da UESC.

² Discente do curso de Ciências Econômicas do DCEC/UESC. Bolsista MTE/SENAES. e-mail: adankb@hotmail.com.

³ Discente do curso de Ciências Econômicas do DCEC/UESC. Bolsista PROEX/UESC. E-mail: midi-alves@hotmail.com>.



Costureiras Esperança na Vitória (AACEV), hoje sediada na Associação Educacional de Ação Integrada (ACEAI), no bairro Nossa Senhora da Vitória, no município de Ilhéus – Ba, tendo como finalidade a execução de atividades, sem fins lucrativos, voltada para a produção e confecção de costura.

A AACEV é composta por 7 associadas, que em 2010 passaram à receber auxílio da Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários (IBEES), da Universidade Estadual de Santa Cruz. A mudança no nome da associação foi a primeira modificação criada pela Incubadora que, em seguida, realizou a doação das máquinas de costura adquiridas com recursos do projeto Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários, patrocinado pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SETRE-BA) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

De acordo com o Ministério do Trabalho, a Incubadora surge com o objetivo de apoiar e assessorar novos empreendimentos ou fortalecer empreendimentos já criados, oferecendo qualificação e assistência técnica durante o período de incubação através de projetos financiados pelo governo federal e estadual (Secretaria Nacional de Economia Solidária), por meio da aprovação de editais, embasados nos princípios da Economia Solidária.

A relação dialógica é configurada como uma ponte por onde irá trafegar a troca de experiências, o que irá contribuir para situar o incubado no contexto e possibilitar os meios para que ele efetue a aprendizagem e internalize novas informações e práticas necessárias ao exercício da vida em atividades de natureza solidária.

A aplicação metodológica é vista como de grande importância para fundação de qualquer empreendimento de natureza econômica, podendo até mesmo vir à inviabilizar a implantação ou a continuidade da proposta realizada. Dessa forma, questiona-se: a metodologia aplicada no processo de incubação trouxe benefícios econômicos para a Associação?

A importância do presente estudo, pauta-se na averiguação das distintas condições que se encontram os mais diversos quadros sócio – econômicos, visto que, a Economia Solidária é definida como um modo de produção igualitário. Emergindo como uma alternativa perante o sistema econômico vigente, buscando a constituição de novas relações sociais, baseadas nos valores de solidariedade e cooperação, através do gerenciamento autogestionário, ou seja, não se restringe apenas à questão econômica, constitui relações sociais que amplificam no contexto da sociedade (SINGER, 2007).





Diante de tais considerações, o objetivo do trabalho é evidenciar o quadro evolutivo da Associação paralelamente à contribuição realizada através dos mecanismos de assistência inseridos por meio da IBEEES, utilizando como principal parâmetro de eficiência o fluxo de caixa do ano de 2014.

A partir do resultado do fluxo de caixa de 2014, pode-se apresentar a eficácia ou não da metodologia utilizada pela incubadora bem como outros fatores que influenciam nos retornos financeiros da associação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Solidária

A autogestão é a possibilidade de administração e gerenciamento de forma democrática e participativa. Segundo Tauile (2002) a economia solidária passou a ser difundida no Brasil na década de 1990, nesse período o país enfrentou uma ampliação dos índices de desemprego e como forma de escapar de uma crise, um grande número de trabalhadores passaram a organizar empreendimentos econômicos solidários. Essa organização popular buscava uma alternativa ao desemprego e às relações precárias de trabalho.

Considerando em geral o baixo grau de formação dos trabalhadores, a gestão democrática do negócio é uma questão a se preocupar, visto que em geral os trabalhadores possuem habilidade para produzir, porém encontram dificuldades para gerir os negócios. Infelizmente, muitas das cooperativas formadas por trabalhadores sofrem de escassez de capital e insuficiente acesso aos mercados, de modo que se veem forçados a competir sacrificando seus próprios membros, embora isso em geral ocorra apenas nos primeiros tempos. (SINGER, 2007).

Em 2003, foi criada pelo ministro do Trabalho e Emprego (Jaques Wagner), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), com o intuito de apoiar as ações sociais. Em 2007, foi criada a Superintendência de Economia Solidária (Sesol), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre). Posteriormente, foi implementando o Programa Bahia Solidária: mais Trabalho e Renda, cujo objetivo é promover o fortalecimento



e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho, renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. A operacionalização do Bahia Solidária é feita através das três coordenações que compõem a Sesol: a Coordenação de Fomento (Cofes), a Coordenação de Formação e Divulgação (COFD) e a Coordenação de Microcrédito e Finança Solidária (Comfis).

O formato assumido pelas incubadoras no Estado da Bahia é inédito no Brasil. No âmbito federal já vem sendo desenvolvido pela Senaes e o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), voltado para implantação e manutenção de estruturas de incubação em universidades públicas brasileiras.

O apoio direto aos empreendimentos promove junto com outras ações de qualificação e de criação de redes de comercialização, a instrumentalização e a organização dos pequenos produtores, tendo em vista a sustentabilidade de suas iniciativas econômicas e produtivas. Esta ação é realizada por meio de convênios com entidades públicas e privadas sem finalidade lucrativa que executam projetos em economia solidária no âmbito local ou municipal.

Por não possuírem patrimônio que permita a **integralização de capital social** significativo, o patrimônio líquido do empreendimento inicia com valores simbólicos. No que se refere a ativos fixos, os trabalhadores embora possuam uma mão de obra disponível, o acesso aos meios de produção são via doações ou empréstimos do poder público, ONGs e igrejas, ou através do arrendamento de plantas industriais diretamente de seus proprietários ou ainda via judicial no caso de falências. (TAUILE, 2002).

Ainda conforme Tauile (2002), uma política pública bastante difundida como forma de acompanhamento e assessoramento às cooperativas, são as incubadoras de economia popular solidária ligadas às universidades.

Uma das principais características para que ocorra o desenvolvimento e aplicação da Economia Solidária nas universidades suscita-se principalmente na extensão, constituindo-se de parcerias, capacitação de recursos e apoio de órgãos municipais, estaduais e federal. Dessa forma, ativa-se a economia dos setores sociais empobrecidos e/ou de baixa renda, não apenas para as melhorias em seu poder aquisitivo, mas também no intuito de provocar efeitos benéficos sobre a equidade e o desenvolvimento econômico (GAIGER, 2011).

Complementando ainda, que “as iniciativas de trabalho e produção identificadas com a economia solidária, contabilizadas entre as alternativas de geração de renda que promovem a



autonomia econômica dos trabalhadores, poderiam funcionar como **vetores de redução** das desigualdades”. (GAIGER, 2011, p. 80).

2.2 Incubadoras Universitárias e o processos de incubação

Como apresentado anteriormente as incubadoras universitárias possuem uma ação importante no fortalecimento das iniciativas, possibilitam a (re)inserção de trabalhadores na economia na forma da organização cooperativista como meio de geração de trabalho e renda.

No quadro 1 é apresentado algumas das etapas seguidas no processo de incubação de uma associação, cooperativa ou empresa autogestionária urbana ou rural, segundo descrição de Eid (2003) e ITCP (2015). Ressalta-se que essas fases não seguem necessariamente a ordem que estão apresentadas, podendo em alguns casos ocorrer em paralelo, pois essas questões dependem da dinâmica organizacional interna de cada grupo beneficiário.

Quadro 1 – Demonstrativo das etapas do processo de Incubação.

ETAPAS	ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS
1. Apresentação dos atores envolvidos	<ul style="list-style-type: none">- Reuniões para apresentação do grupo da associação e da incubadora.- Conscientização do grupo a respeito de temas como desemprego, exclusão social e cidadania.- Demonstração de alternativas para geração de trabalho e renda.
2. Formação e consolidação do grupo e Capacitação para o cooperativismo	<ul style="list-style-type: none">- Verificação do contexto de formação do grupo, afinidades, objetivos em comum.- Verificação da maturidade, união e convicção do grupo no sentido da formação da cooperativa.- Apresentação da economia popular solidária: importância e contexto.- Promover o conhecimento dos princípios cooperativistas.- Apresentar a importância das redes de cooperação.
3. Escolha da atividade econômica	<ul style="list-style-type: none">- Caracterização da estrutura e conjuntura do mercado local.- Escolha da atividade econômica.- Levantamento de recursos e infraestrutura necessárias para execução da atividade.



	<ul style="list-style-type: none">- Estudo de viabilidade econômica.
4. Capacitação Técnica, Administrativa e autogestão	<ul style="list-style-type: none">- Qualificação técnica (utilização de cursos, aulas, palestras e encontros relacionados à atividade)- Treinamento e práticas.- Discussão sobre os mecanismos autogestionários.- Discussão sobre os direitos e deveres da equipe administrativa e dos demais cooperados.- Discussão sobre os fundos e benefícios cooperativistas (férias, licença maternidade, 13º, etc.)- Planejamento e controle da produção.- Apuração de custos, formação de preços e análise de contratos.- Organização contábil e financeira.- Planejamento estratégico e operacional.
5. Elaboração do estatuto	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação e esclarecimento do estatuto.- Discussões envolvendo princípios cooperativistas e a elaboração do estatuto.- Apreciação do estatuto elaborado (consulta a advogado sobre os pontos propostos pelo grupo).
6. Legalização da cooperativa	<ul style="list-style-type: none">- Levantamento de documentos necessários.- Divulgação da assembleia de fundação.- Aprovação do estatuto, eleição da diretoria e dos conselhos com seus respectivos cargos.- Realização da assembleia de fundação e da ata de fundação.- Envio dos documentos aos órgãos competentes (junta Comercial, Receita Federal, Prefeitura Municipal, postos fiscais, etc.) para obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Alvará de funcionamento, inscrição estadual.- Elaboração do regimento interno.
7. Graduação da cooperativa e Fim do processo de incubação	<ul style="list-style-type: none">- Monitoria do processo de inserção da cooperativa no mercado.- Análise do desenvolvimento das atividades internas da cooperativa e da atuação da cooperativa no mercado.- Avaliar o grau de autonomia do grupo, e portanto, sair graduada do processo de incubação.





3 METODOLOGIA

Como forma de alcançar o objetivo proposto, o trabalho parte de uma perspectiva metodológica descritiva-exploratória.

O objeto de estudo é a Associação de Artesãs e Costureiras Esperança na Vitória (ACEV), empreendimento incubado pela Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos e Solidários (IBEES), vinculada a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Enveredou-se por dois vieses de análise para realização do estudo, partindo do princípio que existe uma realidade na qual os agentes se projetam diante uma oportunidade de ascensão social e econômica e atrelado à esse despertar, há um projeto voltado para este fim, com objetivos e sua respectiva metodologia de aplicação.

Para tanto analisou-se a metodologia de aplicação da IBEES como forma de apresentar a contribuição da mesma na associação, e para isso foi realizada uma pesquisa documental coletada a partir do “formulário para apresentação do projeto básico” do SENAES/MTE nº 01/2010.

Para descrição da ACEV foi utilizado dados primários com aplicação de questionários como forma de traçar um perfil do empreendimento, sendo estes direcionados a cada associado, além de visitas à associação.

Quanto às demonstrações financeiras mensais do ano de 2014, foi realizado uma pesquisa documental, coletada a partir do livro caixa da ACEV. O ano escolhido para essa análise refere-se ao primeiro ano que a associação utilizou o livro caixa, nos anos anteriores nenhuma informação como esta era documentada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise foram consideradas informações referentes à metodologia aplicada pela IBEES como forma de evidenciar a assistência oferecida pela mesma no processo de incubação da associação, bem como informações referentes ao perfil da ACEV e contribuições desse processo de incubação. Por fim atribuiu-se o fluxo de caixa do ano de 2014 como possível reflexo das ações desses dois atores.



4.1 A metodologia de incubação utilizada pela IBEEES

A apresentação das etapas propostas pela metodologia de incubação da IBEEES, é primordial para analisar o cumprimento dos estágios na associação, a partir dessas informações, é possível fazer um levantamento quanto as dificuldades e avanços encontrados na implantação.

A estratégia de ação para a realização do trabalho de incubação pressupõe a realização das atividades em dois focos, quais sejam:

1. Trabalho Educativo, onde a formação compreende a implementação de duas linhas:
 - 1.1 Curso de sensibilização: os cursos de sensibilização serão trabalhados os conceitos básicos da economia solidária, princípios e práticas do associativismo e cooperativismo; serão apresentados conhecimentos básicos, estatutos, legislação, regimentos internos.
 - 1.2 Cursos de aprofundamento: os cursos de aprofundamento, o trabalho abrange duas dimensões: o conteúdo específico da economia solidária e o específico, voltado às atividades com foco em tecnologias. Na dimensão da economia solidária serão ampliados os conhecimentos, conceitos e ferramentas; serão apresentadas, discutidas e ensinadas técnicas de planificação, gestão e comercialização de atividades autogestionárias. Na dimensão específica o esforço voltar-se-á para suprir carências de qualificação profissional no domínio das tecnologias operacionais requeridas para a produção dos bens e serviços, focos da atividade do negócio.
 - 1.2.1 Assistência Técnica: será realizado através dos serviços de consultoria permanente. É constituída uma equipe técnica interdisciplinar que realizará visitas regulares aos incubados, prestando orientações técnicas, observando desempenhos, indicando e sugerindo formas e procedimentos. A equipe prestará suporte que facilitará a planificação, execução e avaliação dos trabalhos que, em síntese, compreende todo o processo de incubação.
2. A Planificação para Sustentabilidade da Incubação: prevê uma estratégia para obter a sustentabilidade com a construção e implementação de três ferramentas da planificação, como sejam: Diagnóstico Organizacional; Plano de Negócios e



Indicadores de Autogestão. Esses instrumentos formam a base do trabalho de planejamento, atividade de natureza estratégica para a consecução dos fins.

- 2.1 Diagnóstico Organizacional: é um instrumento que permite levantar as informações, identificar as condições em que está funcionando o negócio. Deverá conter informações capazes de responder sobre: identificação, direção, organograma, faturamento, mercado, tecnologias utilizadas e outras, externando a anatomia e a essência do empreendimento para que sejam adotadas as providências cabíveis.
- 2.2 Plano de Negócios: é um instrumento norteador das atividades do empreendimento. Ele guia as ações permitindo o cumprimento dos propósitos, o que favorece a obtenção da sustentabilidade.
- 2.3 Indicadores de Autogestão: Ele abrangerá as Seções voltadas para o administrativo, econômico, social e participação. A planilha de indicadores apoia o trabalho de monitoramento, acompanhamento. Por intermédio dos indicadores será realizada correção de rumos, aferimento da eficiência e eficácia do trabalho e, principalmente, os impactos ocorridos. A construção dos indicadores será feita através de trabalho conjunto entre os incubados (sujeitos da ação) e a equipe técnica que realiza a incubação. Eles serão consensuais com base em proposta indicada pelos técnicos, discutida e aprovada pelos incubados.

Compreendendo outros Procedimentos Operacionais, a incubadora prevê para seu funcionamento e desenvolvimento, um processo inicial de capacitação da equipe, fase de sensibilização que disponibilizará o saber teórico e prático acumulado a ser transmitido por meio de oficinas de trabalho e cursos de curta duração. Em cada oficina ou curso serão tratados temas específicos, de acordo com a necessidade da equipe da incubadora em processo de formação, a fim de que possam consolidar conhecimentos suficientes para realizarem a incubação de empreendimentos econômicos solidários e autogeridos, em especial sobre o processo de incubação e economia solidária.



4.2 Apresentação da AACEV

A AACEV atualmente conta com 7 associadas, que residem no bairro Nossa Senhora da Vitória no município de Ilhéus. Embora todas essas mulheres sejam moradoras do bairro onde está localizada a associação, nenhuma delas é natural do lugar.

Quanto ao perfil das associadas, constatou-se que a sua maioria encontra-se na faixa etária entre os 41 e 50 anos, aproximadamente 57% do total. No que se refere ao grau de escolaridade, do total de 7 mulheres, 6 possuíam o ensino médio completo, enquanto apenas 1 encontrava-se na situação de analfabetismo.

No aspecto relacionado à questões econômicas, verificou-se que quando questionadas se possuíam algum vínculo empregatício, quatro (57,14%) disseram que não; duas (28,57%) possuíam algum vínculo empregatício e uma (14,29%) encontra-se na condição de aposentada. A renda familiar per capita não ultrapassou R\$ 800,00, sendo que a grande parcela das associadas apresentaram uma renda per capita entre R\$ 200,00 e R\$ 400,00 (conforme tabela 1).

Tabela 1 – Perfil das associadas, considerando alguns aspectos socioeconômicos.

VARIÁVEIS	Quantidade	%
IDADE	7	100,00
31 a 40 anos	1	14,29
41 a 50 anos	4	57,14
51 a 60 anos	-	-
61 a 70 anos	-	-
71 a 80 anos	1	14,29
Não informado	1	14,29
ESCOLARIDADE	7	100,00
Analfabeta	1	14,29
Ensino Fundamental 1ª a 4ª série	-	-
Ensino Fundamental 5ª a 8ª série	-	-
Ensino Médio	6	85,71
Ensino Superior	-	-
POSSUI VÍNCULO EMPREGATÍCIO	7	100,00
Sim	2	28,57
Não	4	57,14
Aposentada	1	14,29
RENDA FAMILIAR PER CAPITA¹	7	100,00
Acima de R\$ 200,00 a R\$ 400,00	4	57,14
Acima de R\$ 400,00 a R\$ 600,00	1	14,29
Acima de R\$ 600,00 a R\$ 800,00	1	14,29
Não Informado	1	14,29

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota (1): Para o cálculo da renda per capita considerou-se a renda bruta familiar dividida pelo número de integrantes da família.



Desde o primeiro ano em que a IBEEES começou o processo de incubação na associação, foram implantados cursos de capacitação técnica, e no que se refere ao grupo atual de mulheres, todas participaram de ao menos um curso.

O curso de reaproveitamento de retalhos aplicado no ano de 2014 foi o que abarcou quase que em totalidade o número de associadas. É importante destacar que no ano em que a incubação foi iniciada, a associação contava com apenas 3 das atuais associadas, as demais (4) integraram ao grupo no ano de 2013 (ver tabela 2).

Tabela 2 – Cursos Técnicos oferecidos pela IBEEES.

Cursos oferecidos pela Incubadora	Ano de aplicação	Nº Participantes
Corte e costura	2010	1
Serigrafia	2010	1
Livro caixa	2013	2
Reaproveitamento de retalhos	2014	6
Customização	2015	3

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso que fomentou às associadas na utilização do livro caixa, aplicado no fim do ano de 2013, ocasionou a organização dos dados referentes ao fluxo de caixa da associação no ano de 2014.

Referente aos obstáculos na gestão do empreendimento, foram considerados alguns aspectos para que o grupo em conjunto atribuísse uma nota a cada um, para tanto considerou-se notas de 1 a 5 de forma crescente quanto ao nível de dificuldade, sendo assim, a nota 1 é referente ao menor grau de dificuldade e a nota 5 o maior grau de dificuldade. Na avaliação do grupo observa-se que a maioria dos pontos levados em consideração receberam as maiores notas como apresentado na tabela 3.



Tabela 3 – Desafios encontrados na gestão do empreendimento e seu nível de dificuldade.

DESAFIOS	GRAU DE DIFICULDADE (1 -5)
Comercialização	5
Rendimento	5
Capital de giro	5
Recursos para investimento	5
Compromisso das cooperadas	4
Controle contábil	2
Interação com outros empreendimentos solidários	2

Fonte: Dados da pesquisa.

É importante frisar que esse registro avaliativo qualitativo expressa de forma ascendente o pensamento compartilhado em meio as circunstâncias vividas pelas associadas, além de refletir as dificuldades encontradas e expressar a ânsia por melhores resultados.

É necessário ressaltar que dependendo do porte das cooperativas, não é necessário a distinção de funções, proporcionando à todos a realização de tarefas semelhantes. Caso sejam cooperativas maiores, haverá a necessidade que haja funções especializadas (SINGER, 2007).

Para o início do ano de 2014, a AACEV contou com um saldo em caixa no valor de R\$153,35. Embora nenhum mês tenha apresentado um saldo negativo, pode-se observar que os níveis ao longo do período não foram tão expressivos, chama-se atenção apenas para a ausência de quaisquer valores no mês de junho, visto que o mês representou o período em que as operações foram suspensas, por conta do recesso coletivo, como apresenta a Figura 1.

Ressalta-se que esses saldos mensais expressam os valores em caixa, como resultado das receitas subtraídas as despesas.

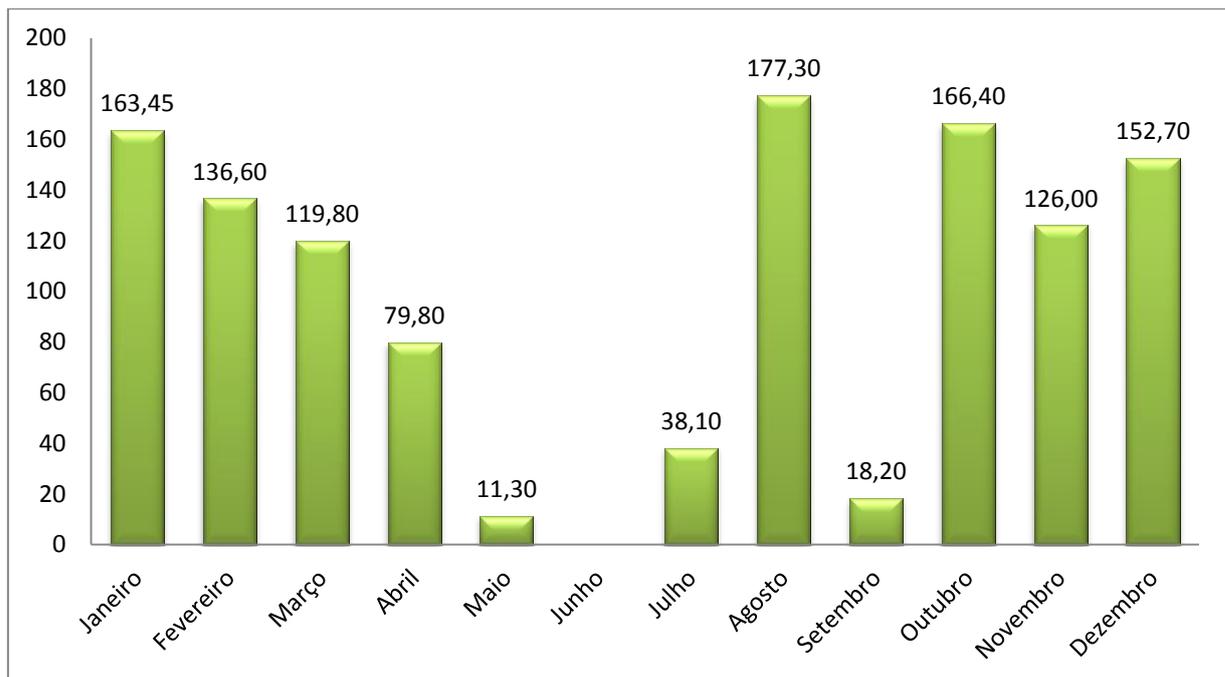


Figura 1 – Saldo mensal da Associação de Artesãs e Costureiras Esperança na Vitória no ano de 2014, em reais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao se considerar o saldo de R\$ 153,35 que a AACEV tinha no início do ano de 2014, bem como a soma dos saldos de todos os meses do ano, encontra-se um montante final para o período analisado de R\$ 1.343,00.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a metodologia da IBEEES e a aplicação da mesma na associação, tem-se a existência de alguns pontos que infringiram da teoria para a prática metodológica.

No que tange à sensibilização, uma das linhas do abrangente trabalho educativo, não foi visualizado nenhum tipo de assessoramento, salvo a entrega de um modelo de estatuto. A segunda linha do trabalho educativo, curso de aprofundamento, não foi encontrado a ampliação do conhecimento de economia solidária, conceitos e ferramentas, assim como não houve o aprendizado das técnicas de planificação, gestão e comercialização de atividades autogestionárias. Porém, em termos de qualificação técnica para o domínio das tecnologias foi encontrado a capacitação em 5 variados cursos.



No foco da assistência técnica, houve uma consultoria oscilante, sem a devida capacitação pessoal e sem a equipe técnica interdisciplinar, porém, foi alcançada a conquista do CNPJ, fundamental para a comercialização das mercadorias produzidas frente ao mercado local.

A Planificação para Sustentabilidade da Incubação que abrange o Diagnóstico Organizacional; Plano de Negócios e Indicadores de Autogestão, não fomentaram os instrumentos que formam a base do trabalho de planejamento.

Entre os Procedimentos Operacionais que a incubadora prevê para seu funcionamento e desenvolvimento, à exemplo da capacitação da equipe, para realizar o acompanhamento nos empreendimentos, proporcionando a disseminação do saber teórico e prático acumulado a ser transmitido por meio de oficinas de trabalho e cursos de curta duração, também não foram constatados capacitações, além do “Curso livro caixa.”

No período de janeiro de 2014 à dezembro de 2014, foi realizado um balanço anual do fluxo de caixa da Associação de Artesãs e Costureiras Esperança na Vitória e perante o resultado encontrado equivalente ao saldo de R\$ 1343,00.

Considera-se que, o conjunto dos esforços ainda não foi o suficiente para atingir um nível satisfatório de renda, devido à falta de ferramentas de propulsão daqueles que fomentam essa política pública de integração social e econômica.

O trabalho entre alunos, profissionais e professores necessitam de uma maior revisão para atingir a realização efetiva da proposta assumida, proporcionando um trabalho articulado e estruturado que possibilite um retorno financeiro para todas as mulheres da associação.

REFERÊNCIAS

COSTA, Pedro de Almeida. Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 7, n. 1, p. 153-173, jan-abr/2011, Taubaté, SP, Brasil.

EID, F. et al. SOBRE CONCEPÇÃO DE INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNITRABALHO E SOBRE METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO. In: V SEMPE – Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão, Universidade Federal da Paraíba. **Anais...** João Pessoa, 2003.



GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

ITCP. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. **OS TEMPOS DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO**. 2015. Disponível em:

<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/metod_tempos.php> Acesso em: Jul. 2015.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: Uma nova metodologia**. 2º Volume. ANTEAG, São Paulo, 2005.

SILVA, H. A; XAVIER, K. G; LONARDONE, J. R. R. Análise das demonstrações contábeis da cooperativa de saúde – UNIMED João Monlevade MG. **Revista Contabilidade & Amazônia**, v. 3, n. 1, 2010.

SINGER, P. Economia Solidária. **Estudos Avançados**. 2008. v. 22, n. 62. p. 289-314.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. **AUTOGESTÃO NO BRASIL: A VIABILIDADE ECONÔMICA DE EMPRESAS GERIDAS POR TRABALHADORES**. In: Economia Solidária. V.1, p. 61-75, 2002. Disponível em:

<<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf> > Acesso em: Jul. 2015.

